



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Na terra de Braga

Sempre tive a curiosidade de saber por que Cachoeiro do Itapemirim, uma cidadezinha do interior do Espírito Santo, perdida entre serras, com ar bucólico, pôde produzir tantas eminências no campo da cultura: o ilustre colega Rubem Braga, o cantor Roberto Carlos, o maestro Raul Sampaio, o compositor Sérgio Sampaio, a poetisa Marly Oliveira, o crítico de arte Paulo Herkenhoff e a atriz Darlene Glória. Pois bem, o jornalista Sérgio

Garschagen escreveu o livro *Parece que foi ontem* precisamente para tentar responder a esse claro enigma.

É importante registrar que o humor e a ironia são dois dos esportes mais praticados pelos cachoeirenses. Rubem Braga imaginou desta maneira a sua chegada ao céu: “Sempre tenho confiança de que não serei maltratado na porta do céu, e mesmo que São Pedro tenha ordem para não me deixar entrar, ele ficará indeciso quando eu lhe disser em voz baixa: ‘Eu sou lá de Cachoeiro...’”

Antes de ler o livro de Garschagen, eu imaginava que esse tipo de humor era subproduto de Minas Gerais. Mas, agora, comeci a compreender que ele é uma legítima expressão de certo nível de ilustração

dos cachoeirenses. Nada a ver com a esculhambação cearense, o escracho carioca, a contundência pernambucana, o deboche baiano ou o ceticismo mineiro.

É um humor de quem está de bem com a vida. Reparem que, para Carlos Drummond de Andrade, Itabira era um retrato na parede. E como doía. Enquanto isso, Rubem Braga tratava a sua Cachoeiro do Itapemirim como se fosse “a capital secreta do mundo”.

Costumava voltar à terra e levava os amigos. Certa vez, Fernando Sabino foi a Cachoeiro e ficou hospedado no Hotel Itabira, situado no centro da cidade, muito próximo de uma estrada de ferro. Ao passar o trem da Leopoldina, o hotel balançava e as paredes sacudiam em pelo

menos meio grau da Escala Richter. Em altas horas da madrugada, Sabino levantou-se, bateu no quarto de Braga e perguntou: “Rubem, a que horas esse diabo de hotel chega a Vitória?”

O próprio Garschagen encarna a mistura desconcertante de seriedade e gaiatice. Assessorou vários ministros em Brasília e, para evitar gafes com os nomes, chamava a todo mundo de Betim. Em contrapartida, os agraciados pagavam com a mesma moeda, devolvendo o infame apelido genérico: “Fala, Betim”.

Garschagen mostra que, do início do século até a virada da década de 1940, Cachoeiro do Itapemirim constituía um polo industrial importante, enquanto grande parte do país era agrária. Essa

opulência proporcionou uma educação de qualidade, uma vida cultural rica e diversificada, que minou a tacanhez provinciana, apesar do ar bucólico de cidadezinha do interior. São essas e outras histórias que Garschagen reconstituiu com verve e veia de cronista.

Desencantado com os rumos da Semana de Arte Moderna em São Paulo, o historiador Sérgio Buarque de Holanda passou seis meses em Cachoeiro, editando o jornal da cidade, e ganhou o apelido de Doutor Progresso. Consta que em um dos porres memoráveis que tomou, segundo crônica de Rubem Braga, Sérgio Buarque saiu cambaleando pelas ruas, de terno e gravata, dizendo que acenderia o cigarro na Lua. Valeu, Betim!



Pitiman defende legalidade da chapa

Candidato a vice-governador pelo PSD na composição encabeçada por Arruda sustentou, em sabatina no **Correio**, que a candidatura está amparada pela legislação. Ele propôs reduzir de 37 para 18 as secretarias e cortar cargos comissionados

» IAGO MAC CORD

O candidato a vice-governador do Distrito Federal pelo PSD, Luiz Pitiman, integrante da chapa encabeçada por José Roberto Arruda (PSD), defendeu ontem, em sabatina no *CB.Poder* — parceria do **Correio** com a TV Brasília —, a elegibilidade plena da candidatura ao Palácio do Buriti nas eleições de 2026. Segundo ele, respaldada na Lei da Ficha Limpa, alterada pelo Congresso em 2025, a coligação protocolou, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a sustentação jurídica que contesta o indeferimento proferido pelo TRE-DF.

Aos jornalistas Sibeles Negromonte e Carlos Alexandre de Souza, Pitiman alertou, ainda, que o próximo chefe do Executivo irá enfrentar uma crise orçamentária de quase R\$ 30 bilhões. Para reestruturar o DF, a chapa propõe um plano de austeridade com redução de 37 para 18 secretarias de Estado, corte de cargos comissionados e combate ao que chamou de “pa-

ralisia em obras prioritárias de infraestrutura e saúde”.

O candidato reforçou que Arruda reúne condições formais de campanha, figurando na urna eletrônica e utilizando recursos partidários. Ao rebater a contestação judicial promovida pelos adversários, classificou a estratégia como uma tentativa de enganar a população.

De acordo com Pitiman, a fundamentação enviada ao TSE baseia-se nos prazos de inelegibilidade de 12 anos para condenações com fatos conexos. Como a primeira condenação de Arruda ocorreu em 2014, referente a fatos de 2005, a defesa sustenta que o prazo venceu em junho deste ano. O recurso passou pelo Ministério Público e aguarda julgamento no TSE.

No âmbito econômico, o candidato alegou que o próximo governo terá que lidar com déficits no BRR, na Fazenda e no Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev). “A recomposição fiscal exigirá meritocracia, corte de privilégios e o fim do loteamento político”, acrescentou.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Aponte a câmera para assistir à entrevista completa

Para conter a crise fiscal, a proposta do PSD inclui cortar pela metade a estrutura administrativa do DF. Além disso, Pitiman defendeu um corte drástico no contingente de 27 mil cargos comissionados ativos no GDF, e a redução de 350 cargos alocados na estrutura da própria Vice-Governadoria. Para ele, é preciso cortar desperdícios, como viagens e uso indevido da frota oficial de veículos, para direcionar recursos a áreas como saúde, educação, segurança e transporte.

O candidato criticou a “ineficiência na condução de obras públicas cruciais”, como o Hospital Oncológico do DF. “Viabilizei R\$ 220 milhões para essa obra em 2014 e ela está parada com 2% de execução física”, comentou o candidato, citando, ainda, os viadutos do Sudoeste e do Noroeste (2,5 anos) e a duplicação da BR-020. “É difícil de acreditar que Juscelino Ku-

bitschek fez Brasília em três anos e pouco, e nós temos gestores, hoje, que não conseguem fazer um viaduto, um hospital como o oncológico”, criticou.

Ex-presidente da Novacap, ex-secretário de obras e ex-deputado federal, Pitiman citou a construção do Taguaparque, em apenas nove meses, pela companhia urbanizadora, como exemplo de capacidade de execução. Ele explicou que retornou à iniciativa privada após disputar o governo em 2014 por ter um perfil eminentemente executivo. Contudo, destacou que o cenário do DF o motivou a aceitar o convite de Paulo Octávio e Arruda para compor a chapa em 2026.

“Com todos os fatos que aconteceram no Brasil e no Distrito Federal, as dificuldades que os líderes políticos enfrentam, ou até a ausência de liderança política no DF, eu cheguei à conclusão de que era hora de retornar e contribuir para uma nova mudança, para que a gente consiga deixar para os nossos filhos e netos algo melhor do que nós recebemos”, justificou.

» Entrevista | VANESSA BICHO | CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL (PT)

“A causa animal é de todos”

» LUIZ FELLIPE ALVES

O Podcast do **Correio** recebeu, ontem, a candidata a deputada federal Vanessa Bicho (PT). Durante a entrevista, ela detalhou suas pautas com foco na proteção animal, ambiental e em ações contra a violência doméstica. As jornalistas Mila Ferreira e Sibeles Negromonte, Vanessa comentou que as leis que protegem os animais precisam ter penas mais rígidas e que as discussões de proteção ao meio ambiente devem ser reforçadas.

Falamos tanto de outras pautas como violência, educação, saúde e segurança pública. Por que você foca nessa pauta de proteção animal?

Eu falo que essa é a minha grande pauta, é a que me move. A questão animal entra na luta por direitos, ela não está desconectada das outras pautas. Um exemplo: quem é violento contra pessoas, em 80% dos casos, é violento contra animais. A covid-19 foi fruto da nossa relação desequilibrada com o ambiente e com as outras formas de vida. A pauta animal luta pelos direitos de todos os animais, incluindo o ser humano, que muitas vezes esquecemos.

Quais as principais demandas quando se fala em proteção animal?

Tivemos, pela primeira vez na história, a criação de um departamento específico para os direitos animais. Em 2023, tive a honra de ser nomeada a primeira diretora desse órgão. Ali, tivemos a oportunidade de implementar políticas públicas de âmbito nacional, como o programa de castração e o RG animal

com microchipagem. Esse serviço é o mais procurado no site do GOV. Isso mostra como a população ama e quer registrar os seus animais. Com essas ações, o governo vai poder direcionar melhor os seus esforços e dar continuidade a essas ações.

Durante a pandemia, muitos pets foram abandonados. A castração é um gargalo na proteção animal?

O controle populacional ético de cães e gatos, com castração, registro e microchipagem, é essencial para fazer o enfrentamento ao abandono. Com isso, há o controle populacional, evitando ninhadas indesejadas que serão abandonadas nas ruas. A educação também é uma iniciativa importante, não apenas em sala de aula, mas com programas que dão visibilidade a essas pautas. Elas têm a função de esclarecer e falar com a população, mostrando que os animais não são objetos ou seres descartáveis: as pessoas têm responsabilidade sobre eles.

Como a senhora vê a penalização de crimes contra animais?



A penalização de casos extremos é muito importante. Temos projetos de lei para tornar mais duras as punições para quem maltrata animais”

A penalização de casos extremos é muito importante. Temos projetos de lei para tornar mais duras as punições para quem maltrata animais. O caso Orelha, por exemplo, mobilizou o Brasil inteiro e mostra que há esperança para a humanidade. Graças a essa mobilização, conseguimos fazer um decreto atualizando as multas administrativas. Conseguimos atualizar as multas que, em casos extremos, podem acarretar em um valor de R\$ 1 milhão. Mas precisamos ajustar as leis penais, para que a pessoa fique efetivamente presa. Se continuarmos com a punição de dois anos, o suspeito começa com regime semiberto. Precisamos começar a discutir penas a partir de quatro anos, inclusive discutindo a mudança para considerar um crime hediondo, que evita certos benefícios.

Como você avalia a criação da

Secretaria Extraordinária de Proteção Animal?

É importante criar uma secretaria, mas não uma que seja uma ficção jurídica. Mas criar um espaço sem orçamento, sem quadro pessoal, sem estrutura e sem programas, é só fachada. É bom que tenha sido criada, mas é importante que ela exista de fato. Nesse aspecto, eu chamo a atenção para o programa de governo do candidato Leandro Grass, que traz avanços extraordinários para essa pasta. O programa traz concurso para a secretaria ter equipe própria, orçamento e fundo distrital para financiar essas políticas públicas.

No DF, quais são os principais gargalos?

Temos enfrentado o sucateamento do nosso único hospital veterinário público que, na prática, funciona como uma clínica médica. As pessoas chegam de madrugada, não são atendidas. Se chove ou se tem sol, as pessoas estão à mercê disso. Se o animal é atropelado, ela vai para a UnB, que não tem convênio com o GDF. Isso é muito ruim. No caso do tombamento do caminhão que carregava porcos, conseguimos resgatar 167 animais com vida. Vendo o sofrimento deles, ponderamos se não conseguiríamos realizar a eutanásia dos animais. Dentro da Secretaria de Agricultura, não havia medicamentos suficientes. Eles falavam que se utilizasse para realizar o procedimento nos porcos, iriam gastar todo o estoque do ano.

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Aponte a câmera para assistir à entrevista completa

